

8.

A construção do conhecimento a partir de narrativas biográficas em militâncias queer-feministas

Fernando Rosa

Maria José Magalhães

RESUMO

Este artigo analisa oito entrevistas narrativas com ativistas queer-feministas em diferentes organizações. Partimos de uma grelha teórica e metodológica que cruza variáveis que influenciam a natureza do conhecimento produzido no ativismo, como a origem social, a diversidade de contextos de intervenção ou a articulação da militância com outras esferas da vida social. As narrativas enunciam que a forma como os/as ativistas avaliam a transformação social está relacionada com campos de controlo simbólico (Bernstein, 1990) que percecionam em determinado momento da sua militância, quer com a análise que fazem da mudança social. A partir das narrativas do percurso ativista podemos explicar como se dão as experiências indutoras de conhecimento, ou seja, as interações que entrevistados/as estabeleceram em contextos de militância representam disposições para pensar, sentir e agir que funcionam enquanto aptidões necessárias para integrar e transformar a comunidade a que pertencem.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Queer; Entrevista narrativa; Conhecimento; Movimentos sociais

ABSTRACT

This article analyzes eight narrative interviews with queer-feminist activists in different organizations. We use a multivariate theoretical and methodological grid, that influence the nature of the knowledge produced in activism, such as social origin, the diversity of intervention contexts or the articulation of militancy with other spheres of social life. The narrative analysis states that the way activists evaluate social change is related to fields of symbolic control (Bernstein, 1990) that they perceive at a certain point in their militancy, as well as their analysis of social change. From the narratives of the activist course we can explain how the experiences that induce knowledge are given, that is, the interactions that interviewed established in contexts of militancy represent dispositions for thinking, feeling and acting that work as aptitudes necessary to integrate and transform the community to which they belong.

KEYWORDS: Feminism; Queer; Narrative interview; Knowledge; Social movements

RÉSUMÉ

Cet article analyse huit entretiens narratifs avec des activistes queer-féministes des différentes organisations. Nous partons d'une grille théorique et méthodologique que traversent des variables qui influent sur la nature des connaissances produites dans l'activisme, comme l'origine sociale, la diversité des contextes d'intervention ou l'articulation du militantisme avec d'autres sphères de la vie sociale. L'analyse des narratives indique que la manière dont les activistes évaluent le changement social est lié aux champs de contrôle symbolique (Bernstein, 1990) qui perçoivent à un moment donné dans leur militantisme ou l'analyse qu'ils font du changement social. De la narration des routes activistes on peut expliquer comment arrivent des expériences de connaissances, à savoir, les interactions que les répondants se sont installés dans des contextes de militance représentent des dispositions pour penser, sentir et agir qui fonctionne comme compétences nécessaires pour intégrer et transformer la communauté qu'ils appartiennent.

MOTS-CLÉS: Féminisme; Queer; Entretien narratif; Connaissance; Mouvements sociaux

Introdução

A sexualidade é o elo de questionamento e rutura entre dois conceitos que inicialmente se forçavam simétricos, referimo-nos ao sexo e ao género. O questionamento da natureza biológica do sexo como definidor do que é ser homem e do que é ser mulher, bem como da natureza cultural do género marcada por um forte determinismo dos papéis sociais e identitários sexualmente determinados surgiu no aprofundar do conhecimento científico sobre o social (Cascais, 2004; Tavares, 2008; Rosa, 2010). Nos anos 60 e 70 do século xx, os movimentos feministas lançaram para o espaço das lutas sociais e políticas o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres bem como o seu reconhecimento e proteção no mercado de trabalho e na esfera pública. Também nos inícios dos anos 70, depois da revolta de Stonewall, a cultura gay e lésbica torna-se pública através da marcação de um conjunto de símbolos identitários e da reivindicação de um conjunto de direitos sociais e culturais que implicam o que Almeida (1996) chamou de “viver em comum”. Posteriormente, nos anos 90 do século xx, vive-se no campo ativista e académico o impulso que questiona o carácter fixo das identidades sexuais e de género reivindicados pelas lutas sociais dos anos 60/70, onde destacamos o referencial teórico de Butler (1990), impulsionador da teoria *queer* que questiona, entre outras questões, nomeadamente a existência de uma relação linear entre género, sexo e orientação sexual.

A história dos movimentos feministas, LGBT e *queer* está marcada por um conjunto de agências e discursos que determinaram a construção de saberes que colocaram em causa noções teóricas de diversas áreas científicas, como a medicina, a sociologia, a política, a economia e a epistemologia entre outras (Magalhães et al. 2008). A negociação dos significados do sexo, segundo Haraway (1991), acontece num contexto de lutas sociais e simbólicas, nas quais se posicionam certos discursos dominantes reguladores das relações de poder também através das práticas sociais. Por sua vez, Connell (1987) remeteu para o facto dos estudos existentes não nos fornecerem conhecimento suficiente para compreender a formação de modelos de resistência, sendo a sua maioria focados na dominação dos grupos ou identidades sujeitas ao poder, numa aceção que nos parece ainda atual.

Estes mecanismos são regulados por um campo de controlo simbólico, que é onde “tem lugar a criação, distribuição, reprodução e mudanças legítimas da consciência através dos meios simbólicos, isto é, de princípios de comunicação” (Morais e Neves, 2007:13). Segundo Bernstein (1990) o campo de controlo simbó-

lico é ativado por um conjunto de agências e agentes que controlam os meios, contextos e possibilidades dos recursos discursivos, neste caso, presentes na intervenção dos movimentos *queer* e feminista. São exemplos de agências as seguintes: reguladoras (religiosas, legais); reparadoras (serviços médicos, sociais, clínicas de orientação); reprodutoras (sistema escolar); difusoras (agências de comunicação); modeladoras (universidades, centros de pesquisa, fundações privadas) e executoras (administração pública, governo).

Embora Bernstein analise o conceito de agência como um espaço institucional público ou empresarial, o mesmo conceito pode remeter para a ação em função do/da agente, “que age”, “que opera ou atua”. Hoje, as mulheres, as pessoas LGBT e *queer* são pensadas como agentes participantes ativos e passivos que agem para a transformação do papel histórico da sua subordinação (Magalhães, 2003: 189). Assim, faz-nos sentido acrescentar a esta conceptualização as agências feministas-*queer*-críticas que atuam no campo de controlo simbólico com uma perspetiva transformadora e emancipatória.

“A «autonomização» e o poder de algumas mulheres [e pessoas LGBT ou *queer*] pode assentar na opressão de outras, como negras ou pobres, empregadas domésticas, migrantes, lésbicas, com deficiência” (Magalhães, 2003: 193). Precisamos, deste modo, olhar para a forma como os/as feministas e ativistas *queer* agem em solidariedade com as outras pessoas que estão socialmente em desvantagem, desconstruindo a ideia pré-concebida que a prática feminista e *queer* dá primazia às variáveis género e sexualidade em detrimento de outras estruturas de opressão, como por exemplo a classe ou a etnia. A agência feminista-*queer*-crítica coloca-nos fora da vitimização e da determinação e empurra-nos para o necessário conflito entre estrutura e ação coletiva e individual do ser humano, que nos permite lutar pela transformação social, considerar a atividade das pessoas subordinadas ao poder e participar na definição das agendas políticas (Magalhães, 2003:196). Dar a oportunidade a comunidades desprivilegiadas de contar as suas histórias, na linha do que Plummer (1995) chamou de *storytelling*, pode ser um projeto político de agência que permite perspetivar o conhecimento como veículo de mudança social. Estudar a narrativa de um percurso biográfico de um/a ativista *queer* e/ou feminista permite-nos criar uma tensão com a presunção de neutralidade académica que inviabiliza o papel do corpo e da experiência genderizada na construção do conhecimento (Yañez, 2011). Conforme referiu Smith (2005), o relato das experiências vividas remete-nos para as relações sociais e para a organização

social em que a pessoa que narra está imersa. O nosso objetivo não é perceber a verdade sobre os factos narrados mas sim descrever o tipo de organização social e compreender as subjetividades de onde emergem as atividades narradas. Estudar a narração do percurso de resistência trata-se, em nosso entender, de dar conta dos saberes que foram sendo construídos através da consciência dos modelos de dominação e das várias formas de apropriação dos discursos. Dar voz aos/às agentes feministas, LGBT e *queer* recorrendo às suas memórias, que se materializam através do diálogo, é poder tornar a subjetividade das suas experiências em produto do conhecimento através do ato de narrar. Trata-se de trazer para o centro da discussão académica não só uma conceptualização teórica mas também uma metodologia feminista e *queer* que desvende a forma como a experiência genderizada e sexualizada se transforma em voz, que, mediada pela consciência e pelas práticas sociais, questiona e procura inverter as relações de poder e de dominação que as pessoas por nós entrevistadas procuram combater.

A interação e a ação que caracterizam as performances dos movimentos feministas e *queer* atualmente surgem mais como um espaço de construção da autonomia sexual e de género e não apenas como expressão de traços identitários, como sucedeu nos anos 60/70 do século passado (Butler, 2012). Tomamos como exemplo quatro reivindicações legais recentemente debatidas na sociedade portuguesa, para os direitos das mulheres e pessoas LGBT. No campo dos direitos reprodutivos, a reprodução medicamente assistida passou em 2016 a estar acessível a mulheres solteiras e casais de lésbicas. No que se refere a pessoas transexuais e transgénero, as reivindicações do movimento trans* passam pela despatologização da identidade de género quer no enquadramento legal quer na prática clínica, tendo deixado a cirurgia de resignação do sexo de ser uma condicionante para a mudança legal do nome e do sexo nos documentos de identificação em 2011 (Saleiro, 2013). Quando falamos de violência doméstica ou no namoro, apesar de as mulheres serem referidas oficialmente como a categoria onde o número de vítimas é mais expressivo, dificilmente este tema é abordado pelo movimento feminista e/ou LGBT sem referir que esta realidade marca também os casais do mesmo sexo. No que se refere ao assédio sexual verbal sobre as mulheres no espaço público, dificilmente um/a ativista *queer* aborda o tema sem referir a especificidade da violência a que estão sujeitas as pessoas trans* que é praticamente invisível nos discursos político-partidários ou na comunicação social, assim como o assédio sexual a gays e lésbicas sobretudo nos contextos de trabalho.

Apresentamos quatro exemplos da forma como o género, sexo e orientação sexual estão interseccionados nas novas reivindicações do movimento feminista e *queer*, mas também da resistência face às lógicas de produção dos discursos e das relações de poder que os medeiam, na medida em que onde existem vozes existem também silenciamentos. São também esses silêncios que nos importa significar através das narrações de ativistas *queer* e/ou feministas, mais precisamente a forma como, recorrendo à memória, vêem as suas vozes e os seus silêncios emergir e desaparecerem a partir das experiências da ação militante e das suas disposições sociais (Lahire, 2005; Nunes et al., 2016). As disposições sociais referem-se à forma como o indivíduo pode ser definido como uma realidade social, caracterizada por sua possível (provável) complexidade disposicional, que se manifesta na diversidade dos domínios e práticas onde inscreve as suas ações. Segundo Lahire (2002: 3), podemos entender o conceito de disposições sociais do seguinte modo:

(...) cada indivíduo é de qualquer modo o dispositivo de disposições para pensar, sentir e agir que são produto das suas múltiplas experiências socializantes, mais ou menos duráveis em diversos coletivos (...) o indivíduo não é reduzível ao seu protestantismo, à sua pertença de classe, ao seu nível de cultura ou ao seu sexo (...) ele [e ela] é definido por um contínuo de suas relações, compromissos, separações e propriedades, passadas e presentes.

Este trabalho procura responder às seguintes questões: Porque adere uma pessoa a ser ativista de um movimento social, por exemplo feminista e/ou *queer*? Como percebem os/as feministas e ativistas *queer* a transformação da experiência vivida em conhecimento que possa ser validado enquanto experiência pedagógica?

Para Trujillo (2008), que estudou 30 anos de mobilização lésbica no Estado Espanhol, é quase unânime que a mobilização ativista se relaciona com a necessidade de construção de uma identidade coletiva, partilha de interesses comuns, experiências e solidariedades entre os seus membros. Santos (2005; 2013), que estuda os movimentos LGBT e *queer* em vários países do sul da Europa, refere que os movimentos sociais surgiram para questionar os valores e as normas tradicionais através de formas de participação política não-convencional. Qualquer uma destas asserções remete-nos para o/a ativista feminista e/ou *queer* que está envolvido numa rede de relações onde são exercidas práticas e discursos que estimulam a construção de um conhecimento a partir da experiência quer individual quer coletiva (Rosa, 2013). Nos ativismos *queer* e/ou feministas, tornam-se relevantes

não só as interações que se estabelecem entre ativistas no movimento ou associação onde atuam, mas também os produtos que resultam dessa ação coletiva, ou seja as formas de agência que assentam num carácter dialógico com os recetores da mensagem, que podem ser, entre outros, os agentes de decisão política, outros movimentos sociais ou a opinião pública.

1. Metodologia: a entrevista narrativa para a reconstrução de memórias e experiências queer-feministas

O projeto de pesquisa, de que este artigo faz parte, conjugou uma triangulação de métodos, que incluem: a) uma etnografia/observação participante no projeto Mudanças com Arte II, concebido pela UMAR e desenvolvido junto de jovens de escolas básicas e secundárias da área metropolitana do Porto, para a prevenção da violência de género e promoção de uma cultura para os direitos humanos; b) análise documental, que consiste na análise dos materiais pedagógicos e de intervenção produzidos para a intervenção do projeto Mudanças com Arte II, bem como os produzidos pelos jovens estudantes formados por esta intervenção; e c) dez entrevistas narrativas a ativistas queer e/ou feministas, baseadas numa grelha teórica e metodológica multivariada e interseccional (Crenshaw, 1993, Lahire, 2005) que permitiu cruzar várias variáveis, que influenciam a natureza do conhecimento produzido no ativismo, como a origem social, a diversidade de contextos de intervenção e a articulação da militância com outras esferas da vida social.

O trabalho aqui apresentado centra-se na dimensão biográfica da pesquisa, assentando na entrevista narrativa e na análise com base numa grelha teórico-metodológica multivariada e interseccional para, através da voz dos/as ativistas entrevistados/as, e sem pretensões de generalizações coletivas, poder extrair de cada voz um (ou mais) dispositivo(s) pedagógico(s) adquirido(s) pela experiência individual. Segundo Magalhães et al. (2012: 2):

(...) uma grelha teórica, epistemológica e metodológica multivariada e interseccional, que possibilite uma análise da influência do cruzamento de vários processos como a “raça”, o género, a classe, a sexualidade e a idade na vida das mulheres (...) evita o reduto biológico em que assenta o essencialismo, bem como a estereotipia das identidades (...) propondo uma leitura do género para além do género. Assim, a análise interseccional faz-se por via do reconhecimento da pluralidade dos processos que condicionam a discriminação, sendo o género apenas um desses processos.

Neste sentido, este trabalho socorre-se do método da entrevista narrativa como uma ferramenta não-estruturada que visa a profundidade de aspetos específicos a partir dos quais emerge o percurso biográfico de uma militância *queer* e/ou feminista. O objetivo da entrevista narrativa é estimular os/as entrevistados/as a reconstruírem o percurso de ação individual, desde que aderiram ao ativismo feminista/LGBT ou *queer*, tentando reconstruir os acontecimentos mais importantes a partir da memória (Magalhães, 2012; Muylaert, et al., 2014), que neste caso foi feito através da recolha de depoimentos com recurso ao áudio, ao qual se seguiu uma transcrição e edição antes de tornar público o produto final. Ricoeur (2004) distingue três fases na transformação da memória em história: i) a fase documental em que há uma declaração do que o narrador tem em arquivo; ii) a fase da explanação ou comparação, onde o narrador reflete porque as coisas aconteceram desse modo e não de outro; iii) a fase *représentance* em que há a construção do discurso que é oferecido aos leitores da história.

Neste caso, as entrevistas realizadas são usadas no âmbito de um projeto mais amplo que pretende analisar os papéis desempenhados pelos movimentos *queer* e/ou feministas enquanto agentes de produção de conhecimento na sociedade atual, bem como o tipo e modos de produção de conhecimento que protagonizam estes movimentos sociais.

Para este trabalho apenas dispomos de oito entrevistas, estando duas em agenda à data da comunicação que originou este trabalho. A partir das entrevistas, é possível a (re)construção de narrativas que nos permitem aceder às memórias (d)e experiências de produção de conhecimento nos percursos de ativismo. Partimos da noção que cada experiência individual é formada a partir das relações que estabelece no contexto da ação coletiva, conjugada com as várias disposições sociais onde o/a feminista ou ativista *queer* se posiciona (Lahire, 1998; 2002; 2005; Nunes, 2016). Cada ativista é visto/a no contexto da investigação como especialista, que partilha com o investigador a sua experiência individual sobre a ação feminista e/ou *queer*. A experiência de cada ativista é construída por meio de um dispositivo de ação que vemos simultaneamente como um dispositivo pedagógico onde se produz e reproduz saber, que na entrevista procuramos analisar através da voz do/a ativista que narra o seu próprio percurso biográfico.

Arnot e Reay (2007) distinguem voz e mensagem no discurso pedagógico, na medida em que a voz equivale à noção de gramática ou registo e a mensagem corresponde à fala, ou seja, aquilo que depois de conhecidas as regras da sua cons-

trução conseguimos entender e materializar. Conforme nos refere a teoria do código linguístico proposta por Basil Bernstein (1981), a voz representa as regras de reconhecimento do discurso pedagógico, enquanto a mensagem representa o uso dessas regras em contextos particulares, ou seja a realização. A voz de uma determinada categoria social, como o discurso acadêmico, as categorizações de gênero, a gíria profissional, entre outras, é constituída por regras discursivas que legitimam as formas de comunicação dentro da mesma categoria social e entre categorias sociais. São o que chamamos de regras de poder e regras de controlo, onde as primeiras definem a distribuição do poder dentro da sociedade e as segundas os princípios onde assentam as relações sociais.

Pensamos neste sentido o conhecimento obtido no ativismo *queer* e feminista como sendo um conhecimento pedagógico uma vez que se identificam nos movimentos sociais regras de distribuição, de recontextualização e de avaliação que também atuam no aparelho educacional (Morais e Neves, 2007:11). Conforme indicámos acima, a história do movimento feminista, LGBT e *queer* tem-se pautado por um questionamento das categorizações biológicas e sociais que tem servido para definir o sexo, o gênero e a orientação sexual, bem a reivindicação que o Estado passe a reconhecer uma maior autonomia sobre o corpo e o gênero no que se refere aos direitos sexuais, reprodutivos e de identidade de gênero. Neste sentido a experiência vivida é norteadas por regras de poder e controlo que são emanadas dos discursos institucionais e normas sociais que influenciam diretamente a forma como se dá a reprodução cultural. No entanto as normas sociais vigentes não influenciam exclusivamente a forma como se dá a reprodução cultural uma vez que o discurso educacional ou o discurso dos movimentos sociais acontece num contexto específico de conflito, resistência e inércia entre os agentes políticos acabando por sofrer uma recontextualização. A recontextualização no caso do discurso educacional está dependente do tipo de escola, de professor e de prática pedagógica e nos movimentos feministas ou *queer* podemos aferir que está dependente quer da própria identidade de gênero do ativista quer das áreas de atuação e dos modos como intervêm na sua militância.

O conhecimento das regras discursivas representam uma coisa e sua realização num contexto local podem representar outra, na medida em que conhecimento não implica o seu uso contextual. Segundo Bernstein (1990), o código reflete e regula as relações de poder dentro da sociedade, identificando os seguintes conceitos no discurso pedagógico:

- Código restrito, mais característico das classes trabalhadoras, é composto por estruturas gramaticais simples, poucos recursos de subordinação e/ou adjetivação, e simultânea integração com recursos não-verbais de expressão;
- Código elaborado, característico da classe média, composto por uma gramática complexa e precisa, orações subordinadas, verbos na voz passiva, diversidade de adjetivos e advérbios;
- Classificação, que representa o grau de manutenção de fronteiras entre categorias (professores, alunos, espaços, família, conteúdos, etc.);
- Enquadramento, que reflete as relações sociais entre categorias bem como a comunicação entre elas.

Segundo Bernstein (1981, 1990), o défice de sucesso educativo tinha uma relação direta com a divisão social do trabalho e explicava o défice educativo das crianças da classe trabalhadora com o fato das mesmas possuírem um código restrito e o currículo escolar oficial ser constituído por um código elaborado. Deste modo, fazendo uma transposição para o conceito de “códigos de género”, proposto por Arnot (2002), pretendemos distinguir, nas diferentes entrevistas narrativas, princípios de classificação de género, que reflitam sobre as regras de poder e de controlo a que cada pessoa na sua expressão individual e ação coletiva está sujeita. Presumindo que os/as ativistas feministas e/ou *queer* atualizam o seu código de género à medida que a narrativa da experiência narrada avança cronologicamente, pretendemos compreender se e quando existe a passagem de um código restrito para um código elaborado na conceção bernsteiniana, funcionando assim o ativismo como dispositivo de conhecimento pedagógico. A ação feminista e/ou *queer* pode ser atualizada e multiplicar as suas categorias na medida que em que a dimensão categórica do ativismo estabelece relações com outras dimensões da vida social dos/as ativistas, com os seus hábitos culturais, relações familiares e relações de trabalho.

Este artigo reclama assim da Educação a importância de se transporem os muros da escola, da família, do trabalho, do lazer e os ativismos feminista, LGBT e *queer* assumem-se como dispositivos pedagógicos que permitem articular a relação entre a experiência do género, da sexualidade ou da educação sexual com a sua exclusiva remissão histórica para os discursos da família, da igreja ou das

instituições médicas. O ser humano numa perspectiva crítica feminista e *queer* ao nos remeter para o seu percurso ativista passa a ser visto como um ser individual que faz parte de um “universo singular” (Magalhães *et al.* 2008) mas que nos descreve em síntese um sistema social sobre o qual evoluiu ativamente através do que reconhece da sua experiência de vida.

A arena de produção de significados no ativismo feminista ou *queer* ocorre num campo de controlo simbólico onde a língua, a linguagem e o texto são por norma sexistas, racistas e classistas, onde o género e a sexualidade existiam no domínio do privado e a escola atuava no domínio público. O conhecimento emergente neste contexto socorre-se de um discurso pedagógico na medida em que tal como na escola é um discurso que resulta da convergência de diferentes sujeitos, reconhecidos em sua individualidade mas que se diferencia do discurso pedagógico oficial por emergir do que Paulo Freire chamou de “os silenciados da história” (Magalhães *et al.* 2008:3).

As narrativas do percurso de vida em militâncias feministas, LGBT ou *queer* são neste sentido relatos de conhecimento pedagógico, mas um conhecimento pedagógico que é específico na subversão e desafio crítico às formas de conhecimento historicamente padronizadas, transpondo da arena privada para a arena política-pública as recontextualizações que operaram sobre os sentidos do género e da sexualidade na experiência vivida

2. Caracterização geral das narrativas feministas e/ou queer

Neste trabalho, como atrás foi dito, recorreremos à entrevista narrativa de oito pessoas que participam ou participaram em uma ou mais associações ou movimentos sociais feministas, LGBT e/ou *queer*, com pelo menos 3 anos de atividade militante. Pretendemos traçar uma narrativa temporal que permite identificar perceções sobre as mudanças ao nível individual e no contexto de intervenção do seu ativismo. Entrevistamos 3 homens e 5 mulheres, sendo que um dos homens se identifica como transgénero e as restantes pessoas como cisgénero. Dentro das áreas específicas onde tem exercido o seu ativismo, as respostas foram sempre interseccionais, na medida em que, apesar de existir uma ou outra área de intervenção mais específica, acabam por se relacionar ativamente com outras reivindicações subjacentes ao posicionamento político em sentido mais amplo decorrente das alianças que vão estabelecendo ao longo do percurso ativista. No conjunto das pessoas entrevistadas, temos intervenientes em áreas de intervenção tão diversas

como: LGBT, *queer*, feminismos, poliamor, direitos sexuais e reprodutivos, direitos das mulheres, identidade de género e direitos trans*, IST's, entre outras, que foram menos marcadas pelo discurso mas que também se cruzaram no percurso de intervenção destes/as feministas e ativistas *queer*.

Os/as ativistas foram selecionados de forma a tentar diversificar as associações onde intervém atualmente, mas também no que se refere ao fator geracional, pelo que o intervalo de idades das pessoas entrevistadas varia entre os 23 e os 60 anos de idade. No que se refere à profissão dos/as entrevistados/as, temos profissões como professor/a, tradutor/a, editor/a, estudante ensino superior, psicólogo/a, gestor/a. A profissão não foi um critério para a seleção das pessoas a entrevistar, tendo sido apenas desvendada no decorrer das entrevistas e algumas delas *a posteriori* por termos esse dado em falta para a caracterização da amostra. No entanto, podemos verificar, à partida, que acabamos por entrevistar pessoas com formação superior e que trabalham ou atuam dentro das chamadas profissões intelectuais e científicas.

Género	Homem Cis	Homem Trans	Mulher Cis	Homem Cis	Mulher Cis	Mulher Cis	Mulher Cis	Mulher Cis
Orientação Sexual	Gay	Bissexual	Lésbica	–	Bissexual	Heterossexual	Heterossexual	–
Áreas base de intervenção	LGBT Queer	Trans* Queer LGBT	LGBT Queer Lésbico	Poliamor Feminismo Queer	LGBT Queer IST's	Feminismo Mulheres LGBT	Feminismo Direitos das Mulheres	Feminismo Direitos das Mulheres
Tempo médio de ativismo	20 anos	5 anos	25 anos	10 anos	10 anos	15 anos	15 anos	40 anos

Quadro 8.1 Caracterização social das entrevistas narrativas

3. As origens da militância *queer* e /ou feminista

Começámos por perguntar a cada entrevistado/a quais tinham sido as origens da sua militância, nomeadamente como viam, na época, o seu contexto familiar, cultural, político e identitário. A intenção era percebermos porque é que cada uma dessas pessoas discriminadas socialmente em função do género, identidade de género ou orientação sexual em determinado momento decide agir social e politicamente. Seguidamente, pedíamos que a/o nossa/o entrevistada/o narrasse o seu

percurso até à atualidade, referindo as mudanças mais marcantes na sua trajetória individual e nos seus contextos de intervenção, quer enquanto experiência pessoal quer enquanto experiência coletiva.

As entrevistas decorreram ao ritmo dos/das entrevistados/as, servindo o entrevistador apenas como mediador que procura recentrar a cronologia que caracteriza a narrativa. A duração das entrevistas variou entre uma e três horas. Resultou das entrevistas um material vasto e muito rico, na medida em que cada experiência narrativa é irredutível, tendo de ser analisada por si mesma, antes de serem levantadas hipóteses mais generalistas. Para esta comunicação, procuramos retirar das narrativas aquelas experiências individuais que nos permitam explicar as disposições para o ativismo enquanto dispositivo pedagógico, através de três pontos: a origem da militância; a experiência da mudança; a relação com outros contextos de intervenção como os hábitos culturais, família ou trabalho.

4. Origens da militância

Acerca das situações narradas identificadas como tendo estimulado a entrada num percurso de militância, destacamos as seguintes transcrições:

Ambos os meus pais provinham de contextos familiares conservadores (...) mas qualquer deles tinha, à altura, atividade e ideias de extrema esquerda, e claro que isso influenciou a minha educação – desde muito cedo tive noção da diferença entre esquerda e direita, interessava-me pela política, tentava formar opinião. (Homem, gay)

A minha mãe participou na JCP quando eu era criança. Portanto eu vivi ao pé livros (Lenine, Marx, etc) e ela sempre me foi dando um bocado disso. Por outro lado, a minha mãe era atea e eu o meu irmão não fomos batizados, mas vivíamos ao pé da igreja e sempre nos confrontamos muito com a questão igreja e com o sermos filhos do diabo. (Homem trans*, bissexual)

Tive um final de adolescência muito complicado como lésbica, porque morava em Esposende. Fui sempre assumida junto dos meus amigos, desde o liceu. Foi no liceu que vi os primeiros filmes de temática gay e lésbica (nos anos 80). Na faculdade, mais tarde, senti-me integrada, apesar de não conhecer pessoas ou movimento associativismo gay e lésbica. Fui para a associação de estudantes, fui presidente e fui vice-presidente, e fiz um trabalho de sistematização de informação. (Mulher, lésbica)

Vim de uma família de testemunhas de jeová. Sempre me senti excluído, porque havia uma série de coisas ligadas a datas e feriados que não fazíamos na escola. Sempre me senti excluído, como se não fosse filho de Deus. Por outro lado, sempre fomos preparados para argumentar (...) tive momentos de avaliação sobre como comunicar, como colocar a voz, tive uma disciplina de métodos de trabalho. (Homem, poliamor)

Com 13 anos, já sabia que não era heterossexual, mas aos 15 anos tive uma vontade, não de ter militância política, mas de conhecer pessoas como eu. (...) Tinha uma sensação de isolamento e não pertença, e foi a partir de uma notícia sobre homossexualidade na televisão, em que aparece alguém do Clube Safo a falar sobre o associativismo LGBT, que decidi procurar uma associação. Enviei um email para lá, onde fui encaminhada para um fórum online. Era a “rede ex aequo”, onde me inscrevi e comecei a participar no fórum. (Mulher, bissexual)

Nunca tive qualquer participação política até vir para Portugal aos 20 anos. Comecei a participar nas Assembleias Magnas na Universidade de Coimbra, era um sítio onde se tomavam decisões políticas. Fui parar a Associação Não te Prives, por acaso, para ajudar uma amiga lésbica que se queria aproximar da associação (...) e, na altura, isso contagiou-me. Era o espaço que eu procurava para me envolver desde os meus 18 anos, e não tinha encontrado até àquela altura. (Mulher, heterossexual)

Vim para Portugal para encontrar uma vida melhor. Era formada em Gestão, mas cheguei a um outro país onde sofri violência institucional. Desempregada, tentei fazer um trabalho voluntário, em Universidades, mas fui recusada, mesmo de graça. Então eu sofri a percepção da violência. A violência para trabalhar, a violência de ser ilegal, uma experiência fortíssima que não conhecia, a violência de ter perdido a guarda do meu filho, que ficou no Brasil. E nessa percepção da violência comecei a me voluntariar para ajudar outras mulheres, na Igreja, que foi onde me deram uma sala e comecei a trabalhar, antes de fundar a Associação. (Mulher, heterossexual)

Despertei para a participação muito antes do 25 de Abril, porque tive uma participação muito ativa ligada a grupos de jovens, nomeada-

mente dos jovens não queriam ir para a guerra. O meu namorado decidiu desertar e eu acabei por ir também como refugiada política para a Bélgica. Quando regresssei, em setembro de 74, havia o anúncio de uma manifestação silenciosa de direita (...) Estas coisas acabaram por despertar em mim o interesse por essas coisas que se prendem com a discriminação das mulheres, as desigualdades, a mobilização das mulheres, porque diziam que elas não participavam. (Mulher)

Constata-se em todas as oito narrativas uma predisposição para o ativismo decorrente do contexto, nomeadamente: Formação política na família de origem; Participação religiosa que fomenta a argumentação e a experiência da diferença; Isolamento decorrente de uma perceção da diferença sexual ou de género; Participação em associativismo político decorrente da época e contexto pessoal;

Estas participações políticas, literárias, associativas e religiosas, permitiram aos/as ativistas perceberem, de forma individual, regras hierárquicas de poder e de controlo dentro da sociedade, bem como questionar as categorias sociais que definem essas regras — mulher, gay, lésbica, trans*, imigrante, ilegal, minoria religiosa. Ou seja, a perceção de regras hierárquicas de poder e de regras classificatórias de controlo permitiu a cada uma destas pessoas transpor para a sua identidade pessoal a necessidade de intervir fora dos contextos onde eram oriundas e onde o seu género, a sua sexualidade, as suas formas de se relacionar afetivamente eram invisíveis ou marginalizadas. Esta experiência vai de encontro ao que Bernstein (Bernstein, 1996; Bernstein and Salomon, 1999; Bernstein, 2001, Neves et al., 2000, Mainardes e Stremel, 2010) chama de controlo simbólico. Neste sentido, controlo simbólico constitui o meio pelo qual o/a agente com a sua consciência se posiciona na arena da produção de significados, através de diferentes formas de comunicação que estão impregnadas de relações de poder e categorias culturais dominantes. Nestas narrativas, os códigos de género estavam restritos uma vez que a ação política era exercida noutros contextos, alguns deles incompatíveis com uma agência feminista ou *queer*. Segundo Bernstein (1981), a existência de um código elaborado à partida, que pode ser adquirido através da educação formal mas também da participação em organizações sindicais, políticas ou religiosas, permite o desenvolvimento de um código elaborado noutros contextos, uma vez que garante um maior questionamento das categorizações fixas apresentadas, o que explicava o sucesso educativo da classe média em comparação com a classe trabalhadora. Em outros casos, a ação política era apenas interior, fixada na vontade de saber, como

o caso da entrevistada que aos 13 anos tinha a necessidade interna de conhecer pessoas suas semelhantes.

As narrativas foram explanadas a partir da memória, o que nos permite identificar um cuidado na linguagem por parte dos/das narradores e narradoras que utilizam uma linguagem bastante precisa e de questionamento das categorias que definem o género, a sexualidade e as relações afetivas. O discurso dos/das ativistas apresenta uma clara redução das fronteiras entre as categorias definidoras do género, da sexualidade e dos afetos indo de encontro à fragmentação e interseccionalidade que caracterizam os feminismos-*queer*, aumentando o campo de intervenção e a necessidade de intervir nas margens das várias categorias e nas tensões que existem nas relações que estas estabelecem entre si.

5. Experiência(s) de mudança

A participação em movimentos sociais foi descrita como proporcionando diversas experiências de mudança. Das narrativas, destacamos as seguintes transcrições:

O meu ativismo foi-se diversificando com o tempo. Porque estava integrado num partido de extrema-esquerda, tinha ideias políticas abrangentes e muita capacidade de ligação entre causas, mas acabei por me interessar normalmente por questões que não estavam à partida resolvidas, minorias dentro das minorias, pontes que estavam por fazer. Empenhei-me na construção das primeiras associações e eventos públicos do movimento lgbt emergente. Tentei ligar os grupos lésbicos que existiam — Clube Safo, grupo de mulheres da ILGA, as lésbicas que participavam no GTH — com a UMAR. (Homem, Gay)

(...) estive em algumas reuniões da “rede ex aequo”^[1]. Participei muito no fórum da “rede ex aequo”. Na altura, tinha grandes problemas de socialização e foi complicado dar esse passo. Mas a partir daí, comecei a investigar mais sobre trans*. Foi uma altura em que fiz um trabalho sobre o que era ser transgénero. Descobri o que era a patologização e que havia a campanha pró-despatologização. Fui a

1. A rede ex aequo é uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos em Portugal. Tem como objetivo trabalhar no apoio à juventude lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo e na informação social relativamente às questões da orientação sexual e identidade e expressão de género. A associação tem grupos de jovens locais de apoio, dispersos pelo país.” (link para o site da associação: <https://www.rea.pt/>).

um evento das “panteras^[2]” por causa da despatologização trans* e percebi o que pretendiam porque já tinha pesquisado sobre as Panteras antes. (Homem, trans, bissexual)

Sempre me interessei mais pelo movimento *queer* e lésbico. Acho que atualmente há mais diálogo institucional entre as associações feministas e queer, tem havido mais gente a assumir-se como lésbicas e como feministas. E há um ponto que é importante em termos académicos, a grande teórica do género, a Butler, é lésbica, e também ajudou o movimento a juntar essas lutas. No entanto, acho que existe um movimento LGBT mais clássico que vai continuar a recusar-se a trabalhar com os desvios, por ser um movimento LGBT de classe, que não vai querer ser contaminado pelas margens. A burguesia pacificou-se com os direitos que conseguiu adquirir porque eles próprios já não se sentem discriminados. (Mulher, lésbica)

O primeiro desgosto que eu tive com a “rede ex aequo” foi por não tomar posições políticas sobre questões que não fossem exclusivamente LGBT. Neste caso concreto, foi não tomar posição sobre a questão do aborto. Eu queria fazer outras coisas, não queria estar condicionada por uma direção ou posições de uma direção, então aproximei-me das Panteras, comecei a participar num partido político, e fui para o GAT^[3]. (Mulher, bissexual)

O poly^[4] deu uma rede de apoio social em que não ouvia o que os meus amigos me diziam: “se estás com problema na relação passa a ser monogâmico que isso passa”, que não era o que eu queria ouvir. E a rede, o grupo, que foi constituída nos primeiros anos, então, aos

-
2. “As Panteras Rosa (Frente de Combate à LesBiGayTransFobia) são um movimento coletivo e sem hierarquias, que aposta numa democracia radical e na acção directa contra as discriminações e agressões de que é alvo a comunidade LGBT. As Panteras Rosa denunciam o heterossexismo e o primado do patriarcado e da heterossexualidade como parte de um sistema político que cria diferenciações sexuais e de género binárias para determinar desigualdades sociais e opressões de todo o tipo, desde o racismo ao machismo, à opressão de classe.” (Link para o blog do coletivo: <http://panterasrosa.blogspot.pt/>).
 3. “O GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, fundado em 2001, é uma estrutura de adesão individual e cooperação entre pessoas de diferentes comunidades e de diferentes organizações, afetadas pelo VIH e SIDA.” (Link para o site da organização: <http://www.gatportugal.org/>).
 4. “PolyPortugal é um grupo de discussão e apoio para pessoas que se interessam por e/ou praticam o Poliamor. Alguns dos membros interessam-se também por tornar ativamente a sociedade mais amistosa para com o Poliamor em particular e para com a diversidade em geral.” (Link para o blog do grupo: <http://polyportugal.blogspot.pt/>).

poucos e poucos, os meus conhecimentos sobre ativismo e a minha capacidade de me envolver começou a crescer por pessoas já ligadas ao ativismo LGBT, que traziam a sua vivência para cá, porque tinha comigo pessoas que me proporcionavam a hipótese de participar. (Homem, poliamoroso)

Constatou-se, embora com as especificidades únicas de cada narrativa, uma passagem de um código restrito para um código elaborado (Bernstein, 1990) no que se refere aos conceitos associados à experiência *queer*-feminista de cada ativista, algo que não se verificava quando narraram a origem da militância. É usada terminologia mais diversificada e fica clara a necessidade de contextualizar politicamente as experiências e avaliações no contexto da agência política onde intervêm ou intervieram. Esta contextualização é mais evidente no entrevistado que teve a necessidade de estabelecer relações entre as várias associações que tratavam dos direitos das mulheres. A importância do diálogo entre categorias é bem evidenciada neste excerto, nomeadamente a partir daquilo que são duas categorias sujeitas a regras hierárquicas de poder, o conceito mais generalista do que é ser mulher, e, dentro deste conceito, a especificidade de se ser mulher e lésbica. Esta referência também é evidenciada pela entrevistada que refere a importância de mais mulheres a assumir-se como mulheres e como lésbicas, ou seja, a importância de trabalhar nas tensões entre as categorias está patente no percurso dos/das ativistas.

Várias agências foram encontradas de um ou outro modo no percurso biográfico da narrativa dos entrevistados e das entrevistadas e estão diretamente relacionadas com os contextos onde atuam. Assim, se foi a consciência do campo de controlo simbólico que impulsionou os/as ativistas a agir militantemente, foi a interação coletiva que impulsionou a formação da consciência de novas formas de controlo simbólico, como a agência feminista-queer-crítica, proporcionando ao/a ativista novas formas de ação que impulsionam a mudança em contextos e categorias para além das que estiveram subjacentes à origem da sua militância feminista e/ou *queer*. Ou seja, o desenvolvimento pessoal impulsiona a necessidade de desenvolvimento coletivo e vice versa. O código elaborado (mais categorias) vem acompanhado de uma necessidade de menor classificação e enquadramento das mesmas e do seu constante questionamento que produz conhecimento.

6. Relação com outros contextos de intervenção, hábitos culturais, família ou trabalho

No que diz respeito à relação com outros contextos de intervenção e outras dimensões da vida social, destacamos os seguintes excertos das narrativas:

No trabalho, sempre senti uma discriminação subtil. Se eu quisesse fazer uma visita de estudo, sentia que havia uma maior preocupação sobre onde podia ir, por ser lésbica e não por ser ativista. No entanto, nas aulas sempre adotei uma postura neutra, porque achava que não devia doutrinar os alunos. De há uns dez anos para cá, achei que se os outros doutrinam em tudo, porque é que eu não posso doutrinar no meu, em questões mais *queer*?!” (Mulher lésbica)

No trabalho, nunca tive grandes dificuldades. Mas tive algumas dificuldades em transpor as questões feministas para mim. Sempre tive alguns complexos por não ter um corpo correspondente aos padrões. Não sinto que o feminismo tenha contribuído para me libertar em termos sexuais e amorosos. É horrível perceber o peso da educação. Percebi, enquanto militante feminista, que aquilo em que eu acredito é mais para os outros do que para mim. (Mulher heterossexual)

Os meus hábitos culturais passaram a ser os hábitos culturais dos meus amigos. Passei a ver cinema de autor, comecei a frequentar outros sítios, a descobrir o meio LGBT. Vivi um processo de romper com a classe. A minha pertença de classe foi sempre muito explícita na minha vida, mas permitiu-me a mim conhecer outro lado. (Mulher bissexual)

Já tive duas situações de transfobia no trabalho. Uma foi num trabalho no Centro Comercial. Acabei por ser despedido, ao fim de um mês de trabalho. Foi uma violência enorme, eu ter de assinar o nome legal em frente a uma colega e a duas pessoas com quem trabalho, que foram chamadas como testemunhas, quando assinei a carta de despedimento. (...) Neste último trabalho, o patrão já teve a atitude, digamos ‘capitalista’, tipo “nós queremos é um escravo, não queremos saber se ele é trans desde que trabalhe” (risos...). Aceitaram o meu nome social e usam-no nos documentos em que é possível. (Homem trans)

Num fim de semana em que trabalhei na redação do Jornal, depois de ter passado vários dias a deixar passar a ignorância de um superior e as perguntas absurdas sobre a minha orientação sexual (...) fechei o computador, levantei-me, caminhei até ele, mandei-o à merda e saí da redação. (...) e escrevi uma carta a demitir-me do jornal. Como o episódio coincidiu com a primeira Semana do Orgulho LGBT que se comemorou na cidade, tive oportunidade de publicar a estória, mas nem por isso tive alguma vez qualquer reação da parte dos meus restantes ex-superiores ou ex-colegas. Acho que, hoje em dia, um caso público invocando os motivos que invoquei já não seria analisado com a mesma ligeireza.” (Homem gay)

Identifica-se na relação com o trabalho ou a vida social o que Arnot e Reay (2007) chamam de distinção entre voz e mensagem no discurso pedagógico (equivalente a distinção entre gramática/registo e fala). O facto dos/as ativistas reconhecerem as regras de poder e de controlo sobre o seu corpo, a sua identidade de género e a sua sexualidade (a voz) e trabalharem consequentemente no sentido do seu enfraquecimento não significa que as consigam aplicar em determinados contextos. As pessoas que entrevistamos referiram que o grupo ou rede política de intervenção passou, ao longo do tempo, a abranger também os hábitos culturais dos ativistas, uma vez que a rede de relacionamentos e afetos, como o grupo de amigos, os locais que frequentam, e a partilha de interesses em comum, passam a ser, em vários casos, construídos em torno do ativismo.

O isolamento do/a ativista verificou-se no trabalho onde o/a ativista não está no espaço seguro da rede/grupo onde pertence e fica exposto ou exposta à discriminação e a regras de poder e de controlo legitimadas por outros discursos. Conforme refere Ladesma (1994), as formas não institucionalizadas de protesto são vistas pela opinião pública e pelos discursos políticos oficiais como marginais e marcadas por comportamentos desviantes. Este olhar que vê o protesto *queer* ou a agência feminista como marginal ou desviante, deve-se ao facto de socialmente existir um discurso político dominante de que o sistema político-democrático já dispõe de vias suficientes para combater as relações de poder e de dominação. Esta ideia do discurso dominante que afirma que a igualdade já foi conseguida transforma as vozes dos movimentos feministas e *queer* em ruídos cuja mensagem pode ser tornada ininteligível a menos que as respetivas agências venham transformar estas regras de poder e de controlo.

A distinção entre voz e mensagem proposta por Arnot e Reay (2007) é um equivalente da distinção de Bernstein (Bernstein, 1981; Morais e Neves, 2007; Mainardes e Stremel, 2010) entre reconhecimento e realização. A voz representa o reconhecimento das regras do discurso pedagógico, enquanto a mensagem representa o uso destas regras em contextos particulares, a sua realização. A voz de uma categoria social (discurso académico, género, profissão) é construída pelo grau de especialização das regras discursivas que legitimam as formas de comunicação. Deste modo, o conhecimento destas regras discursivas representam uma coisa e sua realização num contexto local podem representar outra. O conhecimento das regras não significa necessariamente conhecer o seu uso contextual. Segundo Bernstein (1990), a voz é uma consequência das relações entre categorias e a mensagem uma consequência da interação prática num determinado contexto. Ou seja, de certo modo, um ou uma ativista *queer* e/ou feminista, quando se encontra no espaço associativo do qual faz parte, está num espaço seguro para identificar as regras de reconhecimento mas também as regras de realização. Quando a sua agência individual ou coletiva, enquanto ativista, se dirige a um público específico através de uma ação política de intervenção está atuando ao nível da atualização da voz do público ao qual se dirige, sejam minorias oprimidas, agentes políticos ou instituições sociais, no sentido de combater as relações de poder. No entanto, o local de trabalho pode ser caracterizado como uma agência reguladora (Bernstein, 1996), e, como tal, representa um espaço não-seguro, ou seja, o espaço onde não existe a partilha do ativismo *queer*-feminista e o questionamento das categorias sociais e das regras de classificação e enquadramento são bastante fortes no que se refere à assimilação dos códigos de género dos/as ativistas. Todavia, é possível uma agência dos ativistas feministas e/ou *queer* individual quando questionam as regras hierárquicas de poder e os mecanismos de controlo subjacentes à expressão e visibilidade das suas expressões de género, identidade de género ou orientação sexual.

O/a ativista *queer*-feminista adquire, ao longo da sua experiência militante, um código de género mais elaborado, questionando as categorizações que lhe são subjacentes. No entanto, a abordagem dos campos de controlo simbólico ocorre melhor quando o ativista se encontra no espaço seguro onde partilha com o coletivo os mesmos códigos (como os espaços associativos ou grupos de pertença), intervindo nas tensões entre categorias sociais, do que quando integrado num contexto com códigos de controlo e regras de reconhecimento com dos códigos de género restritos.

Considerações finais

O ativismo, partindo das narrativas analisadas, constitui-se como uma forma de produção e aquisição de conhecimento, que envolve partilha, investimento, relacionamento, crítica, informação e atualização individual e coletiva.

Podemos sistematizar as diversas formas de produção e aquisição de conhecimentos nas três dimensões analisadas neste artigo: contextos que originaram a militância; experiências de mudança e relação com outros contextos de intervenção, hábitos culturais, família ou trabalho. No respeitante aos contextos que originaram a militância, podemos destacar como aprendizagens: formar opinião que constitui um importante modo de produção de conhecimento na medida em que a pessoa (re)constrói a informação que recebe, a reestrutura e integra no seu esquema cognitivo; ter noção de alguma coisa (por exemplo, do que são a direita e a esquerda políticas) é outra aprendizagem acerca da dimensão político-social do mundo que nos rodeia; conhecer Lenine, Marx, é também aprendizagem importante ao mesmo nível de conhecer autores de literatura ou outros autores de filosofia; “fazer um trabalho de sistematização” consiste na aprendizagem de uma habilidade cognitiva, é produzir conhecimento; aprender a argumentar, a comunicar; aprender a tomar decisões; aprender a identificar a violência (“ter percepção da violência”, nas palavras de uma entrevistada); refletir criticamente sobre o discurso público (por exemplo, em relação à ideologia dominante de que as mulheres não participavam politicamente).

Verifica-se que os/as ativistas tinham já um código elaborado como ponto de partida, decorrente das disposições sociais que constituem os seus elementos de diferenciação de todos os outros, ainda que em contextos por vezes distintos daqueles onde viriam a exercer a sua militância feminista e /ou *queer*: filiações políticas, partidárias, religiosas, fóruns de discussão e a própria consciência do isolamento pela diferença.

O conhecimento das regras hierárquicas de poder e de controlo dentro da sociedade representam uma coisa e a realização dessas regras num contexto local podem representar outra (conhecimento não implica o seu uso contextual). A multiplicação do código linguístico ao nível das categorias sociais, bem como o enfraquecimento da sua classificação e enquadramento, permite aos/às ativistas estabelecer relações dialógicas mais espontâneas e manifestações discursivas mais críticas. Ao longo do percurso cronológico da narrativa, podemos identificar o que chamamos de experiência(s) da mudança, onde destacamos as seguintes apren-

dizagens: capacidade para articular diferentes questões de campos diversos (por exemplo, articular diferentes causas); investigar sobre uma problemática (por exemplo, sobre trans*); perceber o que uma associação pretende; aprender sobre o que uma teórica (Butler) tem desenvolvido; construir um pensamento crítico sobre as organizações (± burguesas, ± acomodadas); ter uma perspectiva crítica em relação à sua pertença de classe; saber aproveitar (no bom sentido) do apoio social para melhorar o seu bem-estar.

No entanto, é necessário efetuar a ligação entre a base social do ativismo *queer*-feminista e as outras esferas da vida social, não só em termos discursivos mas também em termos contextuais, ou seja, é necessário alterar os campos de controlo simbólico pensando numa perspectiva de agência feminista-*queer*-crítica que impulse uma ação transformadora. Nas relações entre os contextos de intervenção e outras dimensões da vida social, outras aprendizagens podem ser identificadas: tomar decisões em relação aos dilemas éticos profissionais (“doutrinar” ou não os/as alunas/os); tomar posição em relação (enfrentar) às chefias no local de trabalho; ter uma perspectiva crítica em relação ao momento presente e olhar criticamente o passado.

Estas aprendizagens estão intrinsecamente articuladas com a passagem do código restrito para o código elaborado, onde o reconhecimento dos códigos de género pode ser contextualizado num modelo de (re)produção social e cultural, em que o/a ativista domina as regras de realização para uma agência política feminista-*queer*.

Os movimentos sociais em geral e feministas e/ou *queer* em particular agem a partir das interações que estabelecem no contexto onde estão inseridos, nomeadamente das disposições para pensar, sentir e agir que as mulheres, pessoas LGBT e *queer* experienciam a partir das suas militâncias. Este processo não é muito diferente do que ocorre no discurso pedagógico, onde o indivíduo assimila — quer de forma consciente quer inconsciente — conhecimentos e aptidões necessárias para se integrar e transformar a comunidade a que pertence.

Referências

- Almeida, Miguel Vale (1996) *Os tempos que correm*. Oeiras: Celta Editora.
- Arnot, Madeleine & Reay, D. (2007) A Sociology of Pedagogic Voice: Power, inequality and pupil consolation. *Discourse: studies in the cultural politics of education* 28:311-325.
- Bernstein, Basil (1981) Codes, modalities and the process of cultural reproduction: A model. *Language and Society*. 10: 327-363.

- Bernstein, Basil (1990) *Class, codes and control, vol. 4: the structuring of pedagogic discourse*. London: Routledge.
- Bernstein, Basil (1996) *Pedagogy Symbolic Control, and Identity: Theory, Research, Critique*. London: Taylor & Francis LTD.
- Bernstein, Basil (2001) From pedagogies to knowledges. In Morais, A et al. (eds.) *Towards a sociology of pedagogy: The contribution of Basil Bernstein to research*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Bernstein, Basil & Solomon, J. (1999) Pedagogy, Identity and the Construction of a Theory of Symbolic Control: Basil Bernstein questioned by Joseph Solomon. *British Journal of Sociology of Education* 20:265-279.
- Butler, Judith (1990) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2012) Sobre o anarquismo: uma entrevista com Judith Butler. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais* 36:19-27.
- Cascais, António Fernando (2004) Apresentação. In Cascais A. (eds.) *Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, pp. 9-20.
- Connell, Raewyn (1987) *Gender and power: Society, the person and the sexual politics*. Cambridge. Polity Press.
- Crenshaw, Kimberlé (1993) Demarginalizing the interaccion of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and anti-racist politics. In Weisberg D. Eds *Feminist legal theory: Foundations*. Philadelphia: Temple University Press, pp. 383-411.
- Haraway, Donna (1991) *Simians, Ciborgs and Woman: The Reinvention of Nature*. Londres: Free Association.
- Ladesma, Manuel Pérez (1994) Cuando lleguen los días de la cólera (Movimientos sociales, teoria e História). *Zona Abierta* 69:51-120.
- Lahire, Bernard (1998) *L'Homme Pluriel: Les Ressorts de l'Action*, Paris: Nathan, Essais & Recherches.
- Lahire, Bernard (2005) Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas* 49:11-42.
- Lahire, Bernard (2002) *Portraits Sociologiques: Dispositions et Variations Individuelles*. Paris: Nathan, Essais & Recherches.
- Magalhães, Maria José (2003) Em torno da definição do conceito de agência feminina. *Ex aequo* 7:189-198.
- Magalhães, Maria José (2012) Construção do sujeito mulheres: subjetividades das vozes e dos silêncios. In Magalhães, Maria José et al. *Pelo Fio se vai a meada*. Lisboa: Ela por Ela.
- Magalhães, Maria José et al. (2008). Os movimentos sociais enquanto espaços educativos: revelações e revoluções da história de uma vida feminista. In: *Cultura Escolar Mi-*

- grações e Cidadania – Actas do VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação*, Porto, PT, 20-23 de junho de 2008, pp. 1-12. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Mainardes, Jefferson e Stremel, S. (2010) A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais curriculares. *Revista Teias* 11:31-54.
- Morais, Ana e Neves, I. (2007) A Teoria de Basil Bernstein: Alguns aspetos fundamentais. *Revista Praxis Educativa* 2:115-130.
- Muylaert, Camila et all. (2014) Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 48:193-199.
- Nunes, Nuno et all. (2016) Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas* 81:95-113.
- Plummer, Ken (1995) *Telling Sexual Stories: Power, Change and Social Worlds*. London and New York: Routledge.
- Ricoeur, Paul (2004) *Memory, history, forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rosa, Fernando André (2010) *A construção da visibilidade LGBT: Uma análise crítica do discurso jornalístico*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, PT.
- Rosa, Fernando André (2013) Sexualidade e autonomia: a dimensão educativa do activismo queer-feminista. In: II European Geographies of Sexualities Conference, Lisboa, PT, 05-07 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4423374/Sexualidade_e_autonomia_a_dimensao_educativa_do_activismo_queer-feminista.
- Saleiro, Sandra (2013) *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, PT.
- Santos, Ana Cristina (2005) *A Lei do desejo – Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Ana Cristina (2013) *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Smith, Dorothy (2005) *Institutional Ethnography: A Sociology for People*. Toronto: Altamira Press.
- Tavares, Manuela (2008) *Feminismos em Portugal 1947-2007*. Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, PT.
- Tugillo, Gacia (2008) *Deseo y resistència: Trienta años de movilizacion lesbiana en el Estado español*. Barcelona: Editorial Egales, S.L.
- Yañez, Sabrina (2011) Develando la propuesta de Dorothy Smith: aportes epistemológicos y metodológicos para el abordaje de lo social. *Revista Científica de Psicología, Ciencias Sociales, Humanidades y ciencias de la Salud* 2:111-126.